



Prefeitura Municipal de Belterra  
Secretaria Municipal de Saúde.  
Assessoria Jurídica

PARECER Nº 20/2021 – SEMSA/AJUR

EMENTA: Direito Administrativo. Licitação - Pedido de Realinhamento do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Possibilidade. Embasamento legal.

**ASSUNTO: PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 083/2021/CPL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021-SRP**

### RELATÓRIO

Vem a esta assessoria jurídica para exame e parecer quanto ao pedido do Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo Nº. 083/2021/CPL, Referente ao Pregão Eletrônico nº **010/2021-SRP**, firmado com a empresa **JULIA G DE OLIVEIRA**, Nome Fantasia: **AUTO POSTO OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ sob nº 35.884.141/0001-07, sediada à Estrada 01, nº 1568 Bairro Centro, município de Belterra Pará, tem por Objeto a contratação: Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível, com fornecimento contínuo fracionado, conforme demanda, para atender a Secretaria Municipal De Educação Cultura E Desporto SEMED, Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E Valorização Dos Profissionais Da Educação- FUNDEB, Secretaria Municipal De Administração, Finanças E Planejamento- SEMAF, Secretaria Do Meio Ambiente E Turismo- SEMAT, Secretaria De Trabalho E Promoção Social- SEMTEPS e Secretaria Municipal De Saúde-SEMSA, a qual requer o reequilíbrio econômico financeiro inicial dos contratos firmados com esta secretaria, sob o fundamento de que teria ocorrido a elevação de preço dos combustíveis (Gasolina Comum e Óleo Diesel comum e Diesel S-10) no âmbito nacional, o que teria lhe acarretado o desequilíbrio contratual.

Suscita em seu pedido a contratada que devido alteração nos preços da Gasolina comum, Diesel S-10, Diesel s-500 anunciado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), no qual vem causando defasagem nos preços. Portanto, sendo necessário então a revisão de preços registrados inicialmente com o fito ao reestabelecimento do equilíbrio financeiro que regem os Contratos Administrativos, para que não haja oneração excessiva à ora contratada.

Pois bem.

Inicialmente, cumpre observar que o exame do presente auto se restringe aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a este, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legais impostos.

No caso em tela, existe possibilidade legal para o realinhamento de preço, consoante se verifica no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, dentre outras passagens desta norma. Assim, inequívoco é que há expressa previsão legal para se autorizar o Poder Público a proceder à Recomposição do equilíbrio contratual, bem como, a revisão do contrato administrativo a partir de aumentos ou decréscimos de valores para reequilibrar seu preço, diante das hipóteses listadas nesta norma, senão vejamos:



**Prefeitura Municipal de Belterra  
Secretaria Municipal de Saúde.  
Assessoria Jurídica**

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

No entanto, para se ter o direito à recomposição de equilíbrio econômico-financeiro devem estar presentes os seguintes pressupostos:

- a) elevação dos encargos do particular;
- b) ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta (neste caso, por se tratar de sistema de registro de preços, a assinatura da Ata de Registro de Preços);
- c) vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;
- d) imprevisibilidade de ocorrência do evento.

Dessa maneira, é possível a Recomposição do equilíbrio contratual, bem como revisão do contrato administrativo almejado pela contratada, aumentando os valores, tal qual reequilibrando o preço, desde que haja uma força maior, um fato do príncipe, algo que impeça a execução do contrato:

Recomposição do equilíbrio contratual em razão de valorização cambial. Representação apresentada ao TCU apontou possível irregularidade no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE), consistente no "reajuste" irregular da Ata do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 163/2008, que tinha por objeto a aquisição de materiais de consumo para atender às unidades hospitalares da capital e demais unidades administrativas daquela secretaria. Após destacar que este Tribunal já decidiu, conforme Acórdão n.º 1.595/2006- Plenário, no sentido de que "**é aplicável a teoria da imprevisão e a possibilidade de recomposição do equilíbrio contratual em razão de valorização cambial**", não constatou o relator, na situação concreta, eventual desequilíbrio contratual em razão de valorização cambial que justificasse o realinhamento efetuado de 25% para os produtos constantes do Lote IV. Frisou tratar-se o presente caso de "revisão" ou "realinhamento" de preços, em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada de circunstâncias meramente inflacionárias. Considerando, no entanto, a baixa materialidade do débito apurado em contraposição aos custos que envolveriam a adoção de procedimentos adicionais para buscar o ressarcimento do dano, e considerando, ainda, o princípio da economicidade, deliberou o Plenário, acolhendo proposição do relator, no sentido do arquivamento dos autos, sem prejuízo de determinação à SESACRE para que na análise de pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos custeados com recursos públicos federais, fundamentados na ocorrência de fatos econômicos imprevisíveis (álea extraordinária), observe se estão presentes os pressupostos da concessão do direito previsto no art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93, quais sejam: **a) elevação dos encargos do particular; b) ocorrência de evento posterior à assinatura da ata de registro de preços; c) vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; e d) imprevisibilidade da ocorrência do evento.** Acórdão n.º 25/2010, TC-026.754/2009-8, rel. Min. Benjamin Zymler, 20.01.2010.

Destarte, de acordo com art. 17 do Decreto nº7.892/2013 o qual os preços registrados podem ser revistos tanto para mais, como para menos, vejamos:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



**Prefeitura Municipal de Belterra  
Secretaria Municipal de Saúde.  
Assessoria Jurídica**

Nesse sentido, há entendimento doutrinário acerca das decisões nos tribunais de contas da União acerca do tema, senão vejamos:

Contrato – Alteração – caso fortuito – revisão – rescisão

Nota: o **TCU decidiu que na ocorrência de caso fortuito ou de força maior durante a execução de um contrato por ela firmado, seja este rescindido ou revisto, de modo a se adaptar, inclusive financeiramente, à nova realidade.** Fonte: TCU. Processo nº TC – 012.144/93- 2. Acórdão nº 15/1997 – Plenário.

Acórdão nº 1431/2017 – Plenário TCU - O TCU apreciou consulta formulada pelo Ministro do Turismo relativa à “aplicação da teoria da imprevisão e da possibilidade de recomposição do equilíbrio contratual em razão de variações cambiais ocorridas devido à oscilações naturais dos fatores de mercado e respectivos impactos na contratação de serviços a serem executadas no exterior no âmbito do Ministério do Turismo”. Sobre o tema, o relator entendeu que a variação do câmbio, para ser considerada um fato apto a ocasionar uma recomposição nos contratos, deve: “a) constituir-se em um fato com consequências incalculáveis, ou seja, cujas consequências não sejam passíveis de previsão pelo gestor médio quando da vinculação contratual; b) ocasionar um rompimento severo na equação econômico-financeira impondo onerosidade excessiva a uma das partes. Para tanto, a variação cambial deve fugir à flutuação cambial típica do regime de câmbio flutuante; e c) não basta que o contrato se torne oneroso, a elevação nos custos deve retardar ou impedir a execução do ajustado, como prevê o art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993”. Mencionou, ainda que, em todos os casos, a recomposição deve estar lastreada em documentação que analise o seu custo global. Entre outros questionamentos, foi apresentado, pelo consulente, o seguinte ponto: “considerando a natureza da Embratur, de não atuar em ambiente competitivo, como poderia o gestor aferir, com a desejável prudência e segurança, a aplicação da teoria da imprevisão?”. Ao final, o Colegiado, anuindo à proposição do relator, conheceu da consulta e respondeu ao consulente, especificamente quanto à aludida questão, que: “9.2.5. cabe ao gestor, agindo com a desejável prudência e segurança, ao aplicar o reequilíbrio econômico financeiro por meio da recomposição, fazer constar dos autos do processo, análise que demonstre, inequivocamente, os seus pressupostos, de acordo com a teoria da imprevisão, juntamente com análise global dos custos da avença, incluindo todos os insumos relevantes e não somente aqueles sobre os quais tenha havido a incidência da elevação da moeda estrangeira, de forma que reste comprovado que as alterações nos custos estejam acarretando o retardamento ou a inexecução do ajustado na avença, além da comprovação de que, para cada item de serviço ou insumo, a contratada efetivamente contraiu a correspondente obrigação em moeda estrangeira, no exterior, mas recebeu o respectivo pagamento em moeda nacional, no Brasil, tendo sofrido, assim, o efetivo impacto da imprevisível ou inevitável álea econômica pela referida variação cambial”. (g/n)

A propósito, no pedido apresentado pela Contratada, a mesma apresenta através de notas fiscais que houve a majoração do valor dos combustíveis que foram contratados por esta secretaria perante a mesma, de modo que no atual compasso referidos preços revelam-se em onerosidade excessiva à mesma, desequilibrando o contexto inicialmente firmado pelos contratos administrativos firmados. Portanto, ressalvados os aspectos técnicos financeiros, os requisitos condutores do reequilíbrio-financeiro pleiteado pela contratada, faz-se jus.



**Prefeitura Municipal de Belterra**  
**Secretaria Municipal de Saúde.**  
**Assessoria Jurídica**

Com efeito, das hipóteses elencadas no permissivo da Lei de Licitações, tenho por mim que a revisão de preço de combustíveis amolda-se à teoria da imprevisão, a qual se dá em razão da "(...) superveniência de eventos imprevisos de ordem econômica ou que surtem efeitos de natureza econômica, alheio à ação das partes, que repercutem de maneira seriamente gravosa sobre o equilíbrio do contrário" (Celso Antônio Bandeira de Melo, Curso de Direito Administrativo, 11ª Edição, São Paulo: Malheiros: 1999).

Importante ressaltar que, a contratada apresentou planilhas e notas fiscais de composição dos preços dos combustíveis, na qual ampara o valor a ser majorado no contrato, sendo necessário que o setor técnico competente avalie os cálculos postos pela empresa.

Por fim, verifica-se, portanto, que há possibilidade do reequilíbrio do valor, conforme requerimento da Empresa, onde juntou Notas Fiscais que comprovam a necessidade, já que o produto passa por um desequilíbrio econômico. Contudo, após apurada análise da contratante, entendeu em prover parcialmente o pedido concedendo o realinhamento de preço da seguinte maneira: Gasolina Comum no percentual de 10%; Óleo Diesel no percentual de 15%, por entender ser este o montante suficiente para restabelecer as condições originais do contrato, no que diz respeito ao equilíbrio econômico financeiro da avença.

Assim, sendo, entende-se, salvo melhor juízo ser esta a providencia mais adequada no presente caso. Registrando-se, contudo, que a majoração de valores no âmbito do reequilíbrio econômico financeiro deve cingir-se ao preço de custo não contemplando o aumento em tela a margem de lucro do fornecedor.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, essa assessoria jurídica opina favoravelmente pelo realinhamento de preço da seguinte maneira: Gasolina tipo comum no percentual de 10% (dez por cento); no Óleo Diesel S-10 no percentual de 15% (quinze por cento) do preço de custo de cada produto indicado no pedido em análise e lastreados pelos documentos comprobatórios anexos ao mesmo.

É o Parecer.

Belterra, 30 de setembro de 2021

José Ulisses Nunes de Oliveira  
Assessor Jurídico  
OAB/PA 24.409-A